



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa



Política Económica

Programa 2026/2027

Mestrado em Economia e Políticas Públicas (MEPP)

6 ECTS · 1.º ano, 1.º semestre

ISEG — Lisbon School of Economics & Management

Universidade de Lisboa

Lisboa, agosto de 2026

DOCENTE E HORÁRIO DE ATENDIMENTO

RICARDO CABRAL (rcabral@iseg.ulisboa.pt)

ATENDIMENTO (MS-TEAMS): QUARTAS-FEIRAS, 17:00-18:00

Índice

1. Identificação da unidade curricular	3
2. Objetivos	3
3. A unidade curricular no contexto do MEPP	3
4. Competências a desenvolver	4
5. Conteúdo programático	4
6. Metodologia de ensino	6
7. Metodologia de avaliação	6
8. Bibliografia	7
8.1. Bibliografia principal	7
8.2. Bibliografia complementar	7

1. Identificação da unidade curricular

Designação	Política Económica
Curso	Mestrado em Economia e Políticas Públicas (MEPP)
Ano / Semestre	1.º ano, 1.º semestre
Créditos	6 ECTS
Regime	Semestral, presencial
Ano letivo	2026/2027

2. Objetivos

A unidade curricular (UC) de Política Económica (6 ECTS) tem dois objetivos principais.

Em primeiro lugar, o estudo dos conceitos e teorias da política económica.

Em segundo lugar, a compreensão do enquadramento e fundamentos das políticas económicas de resposta a falhas de mercado de natureza macroeconómica, com principal ênfase nas políticas económicas da Área do Euro.

A Área do Euro é uma união monetária incompleta com características únicas no mundo, em particular: sem soberania monetária dos estados-membros; sem orçamental de relevo e com transferências orçamentais insignificantes entre esses estados-membros. Essas características permitem uma análise mais fundamentada das motivações subjacentes à definição e aos efeitos das principais políticas económicas públicas da União Económica e Monetária.

3. A unidade curricular no contexto do MEPP

A UC de Política Económica (6 ECTS) integra o 1.º semestre do 1.º ano do Mestrado em Economia e Políticas Públicas, lado a lado com Demografia, Economia Pública, Economia, Instituições e Desenvolvimento e Métodos Quantitativos Aplicados; no 2.º semestre seguem-se, entre outras, Desigualdades, Exclusão Social e Políticas Públicas, Finanças Públicas: Estado e Autarquias Locais e Regulação, Concorrência e Tarificação.

Esta posição na estrutura curricular tem duas consequências: (i) a UC é uma das cadeiras introdutórias do mestrado — cabe-lhe dar os fundamentos (falhas de mercado de natureza macroeconómica, teorias normativa e positiva) que as UCs seguintes aplicam a domínios específicos; (ii) é estruturada para evitar duplicações — por exemplo, a avaliação de políticas públicas é optativa própria do 2.º ano («Avaliação e Implementação de Políticas Públicas»), pelo que a UC de Política Económica deve apontar para esses conteúdos sem os substituir. Do mesmo modo, as falhas de mercado de natureza microeconómica são lecionadas nas UCs de Economia Pública (1.º ano, 1.º semestre) e de Microeconomia (2.º ano), pelo que o tópico 2 do programa se concentra nas falhas de natureza

macroeconómica. A revisão de 2025/2026 alargou o programa a políticas estruturais, mercado de trabalho e transição ecológica, em coerência com as restantes unidades curriculares do MEPP.

4. Competências a desenvolver

No final da unidade curricular, o estudante deve ser capaz de:

- explicar os fundamentos da intervenção pública na economia, distinguindo análise positiva e normativa, e aplicar o modelo metas–instrumentos de Tinbergen a problemas concretos de política económica;
- analisar as falhas de mercado de natureza macroeconómica e justificar, com base nelas, o desenho das principais políticas públicas;
- avaliar o funcionamento das políticas orçamental e monetária no contexto institucional da UEM, incluindo o novo quadro de governação orçamental da União Europeia de 2024;
- discutir, de forma fundamentada e com recurso a dados, políticas estruturais e sociais — inovação e indústria, mercado de trabalho e desigualdades, transição ecológica — aplicadas a desafios contemporâneos de Portugal e da União Europeia;
- utilizar fontes de dados macroeconómicos (Banco de Portugal, INE, Eurostat, AMECO, BCE, FRED) para caracterizar problemas de política económica.

5. Conteúdo programático

1. Introdução · *Aula 1*

- O que é a política económica; relação com a teoria económica;
- Elementos da política económica: finalidades, objetivos (metas), instrumentos e restrições;
- Atores e poderes na política económica;
- A narrativa da política económica: breve perspetiva histórica.

2. Falhas de mercado de natureza macroeconómica · *Aula 2*

- Eficiência e ótimo de Pareto;
- Falhas macroeconómicas: a instabilidade das economias de mercado — crescimento, inflação, desemprego, desequilíbrios externos, crises cambiais e bancárias;
- Exemplos empíricos e históricos, com ênfase em Portugal e na área do euro.

3. Teorias normativa e positiva da política económica · *Aula 3*

- Análise positiva e análise normativa; critérios de equidade, eficiência e liberdade;
- As funções do Estado de Musgrave: afetação, distribuição e estabilização;

- Planeamento e o modelo metas–instrumentos de Tinbergen; o modelo IS-LM como modelo de apoio;
- Elementos de teoria positiva: grupos de interesse, ciclo político-económico e burocracia.

4. Política orçamental e gestão macroeconómica · Aulas 4–5

- Despesa e receitas públicas: tendências e estrutura; ciclos económicos, consumo e investimento;
- Saldos orçamentais; dívida pública e sustentabilidade;
- Estabilizadores automáticos e política discricionária;
- Governação orçamental da UEM: do Pacto de Estabilidade e Crescimento ao novo quadro de governação económica da União Europeia (2024); os planos orçamentais estruturais de médio prazo;
- O caso português: dos resgates do FMI ao programa da Troika; excedentes orçamentais e redução da dívida pública (2023–2025).

5. Política monetária na UEM e desafios para Portugal · Aulas 6–7

- Arquitetura institucional da UEM; mandato e independência do BCE;
- Instrumentos de política monetária convencionais e não convencionais; mecanismos de transmissão;
- A experiência recente: a inflação de 2021–2023 e a resposta do BCE;
- Nota sobre a União Bancária e a estabilidade financeira;
- Desafios da política monetária para Portugal.

6. Políticas estruturais: inovação, competitividade e indústria · Aulas 8–9

- O Estado empreendedor e as políticas orientadas para missões (Mazzucato);
- Política industrial e de inovação na União Europeia;
- Competitividade e coesão na área do euro.

7. Mercado de trabalho e desigualdades na era digital · Aula 10

- Instituições do mercado de trabalho e políticas ativas de emprego;
- Desigualdades e redistribuição;
- Digitalização, inteligência artificial e o futuro do trabalho.

8. Políticas públicas para a transição ecológica · Aula 11

- Externalidades ambientais e bens públicos globais;
- Instrumentos: impostos ambientais, licenças negociáveis, subsídios e regulação;
- O Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal) e a política climática da União Europeia.

Nota: a calendarização aulas–tópicos é indicativa e será ajustada ao calendário letivo; reserva-se a última semana do semestre para revisão da matéria e discussão de um exame-modelo.

6. Metodologia de ensino

A unidade curricular funciona em regime de aulas teórico-práticas, conjugando a exposição dos fundamentos e dos modelos com a discussão aplicada de casos. As aulas integram, de forma sistemática:

- apresentação dos fundamentos teóricos e dos modelos de referência;
- análise de dados macroeconómicos reais (Banco de Portugal, INE, Eurostat, AMECO, BCE, FRED), com gráficos atualizados anualmente e fontes datadas;
- discussão de casos de política económica de Portugal e da União Europeia, incluindo episódios recentes;
- fichas de exercícios com soluções comentadas, alinhadas com o exame final.

Cada aula disponibiliza um slide de síntese, questões de autoavaliação e referências com indicação de capítulos e páginas, de modo a apoiar o estudo autónomo ao longo do semestre.

7. Metodologia de avaliação

Em conformidade com o *Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos dos Mestrados* do ISEG, a avaliação baseia-se nos seguintes elementos.

A nota final de época normal é a média ponderada de:

- **Participação nas aulas**, com a assiduidade valorada, com ponderação de 20% da nota final, se superior à nota do exame final escrito.
- **Exame final escrito**, a realizar em data a anunciar pelo ISEG durante a época normal, com consulta de notas e manuais (não sendo permitida a utilização de dispositivos eletrónicos). A nota da época normal com ponderação de 80% ou de 100% da nota do exame final escrito, se inferior ou se superior à nota da participação nas aulas, respetivamente.

Os alunos que não obtenham aprovação na época normal podem realizar exame escrito de época de recurso, com consulta, com ponderação de 100% da nota final. O exame de recurso é igualmente de melhoria de nota para os alunos aprovados que o desejem, sendo, nesse caso, necessária inscrição. Realiza-se ainda exame de época especial, com consulta, com ponderação de 100%, para os alunos habilitados a inscrever-se nessa época.

O exame com consulta valoriza a compreensão e a aplicação dos conceitos, modelos e regras — em detrimento da memorização —, em coerência com os resultados de aprendizagem da UC.

8. Bibliografia

8.1. Bibliografia principal

- Acocella, N. (1998), *The Foundations of Economic Policy: Values and Techniques*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Amaral, J. F. do (1996), *Política Económica: Metodologia, Concepções e Instrumentos de Atuação*, Lisboa: Edições Cosmos.
- CORE Team, *The Economy 2.0: Microeconomics e The Economy 2.0: Macroeconomics*, Curriculum Open-access Resources in Economics — disponível em acesso livre em www.core-econ.org.
- de Grauwe, P. (2022), *Economics of Monetary Union*, 14th edition, Oxford: Oxford University Press.
- Mazzucato, M. (2015), *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*, Anthem Press.
- Pereira, P., Afonso, A., Arcanjo, M., Santos, J. e Cabral, R. (2022), *Economia e Finanças Públicas*, 6.ª edição, Lisboa: Escolar Editora.
- Tietenberg, T. e Lewis, L. (2018), *Environmental and Natural Resource Economics*, 11th edition, Routledge.
- Wanna, J., Lindquist, E. A. e De Vries, J. (2015), *The Global Financial Crisis and its Budget Impacts in OECD Nations: Fiscal Responses and Future Challenges*, Edward Elgar.

8.2. Bibliografia complementar

- Comissão Europeia (2024): documentação sobre o novo quadro de governação económica da União Europeia — Regulamentos (UE) 2024/1263 e 2024/1264 e Diretiva (UE) 2024/1265 — e Vade Mecum atualizado sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento.
- Banco Central Europeu (2021): revisão da estratégia de política monetária; documentação sobre os instrumentos convencionais e não convencionais.
- Conselho das Finanças Públicas: relatórios e pareceres sobre as finanças públicas portuguesas.
- OCDE: relatórios económicos sobre Portugal e a área do euro.
- Leituras de política recomendadas por tópico e referências da investigação do docente da UC, indicadas nas apresentações das aulas.

Lisboa, 7 de setembro de 2026



Ricardo Cabral